



CIDADE DE SÃO PAULO EDUCAÇÃO



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS – COGEP

CONCURSO PÚBLICO

002. PROVA OBJETIVA

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

01. Cidadãos que ocupam cargos públicos no país devem obedecer a normas específicas, tais como as estabelecidas pela Constituição da República Federativa do Brasil (de 1988) em suas disposições gerais para a administração pública.

A esse respeito, de acordo com o inciso XVI do artigo 37 do referido documento, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto em caso de

- (A) um cargo de professor e um cargo técnico, quando houver sobreposição de horários.
- (B) dois cargos de gestão, quando houver compatibilidade de horários.
- (C) um cargo de professor e um cargo de gestão, quando houver sobreposição de horários.
- (D) dois cargos de professor, quando houver compatibilidade de horários.
- (E) dois cargos técnicos ou científicos, independentemente da distribuição de horários.

02. A Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), em seu artigo 2º, define a educação como dever da família e do Estado.

Considerando o que a referida lei determina no que compete à família (em seu artigo 6º), bem como o que a Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) estabelece a esse respeito (em seu artigo 55), é correto afirmar que é dever dos pais ou responsáveis

- (A) garantir a formação das crianças na educação básica, na rede regular de ensino ou em sistema equivalente, a partir dos 5 anos de idade.
- (B) efetuar a matrícula das crianças na educação básica, na rede regular de ensino, a partir dos 3 anos de idade.
- (C) garantir a formação das crianças na educação básica, na rede regular de ensino ou em sistema equivalente, a partir dos 2 anos de idade.
- (D) garantir a formação das crianças na educação infantil a partir dos 3 anos de idade (na rede regular de ensino ou em domicílio) e no ensino fundamental a partir dos 6 anos de idade (na rede regular de ensino).
- (E) efetuar a matrícula das crianças na educação básica, na rede regular de ensino, a partir dos 4 anos de idade.

03. A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão desde _____, quando foi sancionada a Lei nº 10.436. Conforme parágrafo único do artigo 4º da referida lei, ficou então estabelecido que a Libras _____ substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- (A) 2002 ... poderá
- (B) 1996 ... não poderá
- (C) 2002 ... não poderá
- (D) 2013 ... não poderá
- (E) 2013 ... poderá

04. O artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) foi incluído em 2003 pela Lei nº 10.639 e, posteriormente, alterado pela Lei nº 11.645/2008. A principal novidade incorporada ao referido artigo pela legislação de 2008 é a _____ como conteúdo obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- (A) exclusão da educação moral e cívica
- (B) inclusão da história e cultura quilombola
- (C) inclusão da história e cultura indígena
- (D) inclusão da história e cultura afro-brasileira
- (E) exclusão da educação religiosa

05. A meta 9 do Plano Nacional de Educação atualmente vigente (Lei nº 13.005/2014) discorre sobre o problema do analfabetismo no país, definindo estratégias a esse respeito. Especificamente, o propósito da referida meta até o final da vigência do PNE é

- (A) reduzir em 50% as taxas de analfabetismo absoluto e funcional.
- (B) erradicar o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional.
- (C) manter estáveis as taxas de analfabetismo absoluto e funcional.
- (D) erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.
- (E) erradicar o analfabetismo funcional e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo absoluto.

- 06.** Assinale a alternativa que apresenta uma definição correta de um dos públicos-alvo da educação especial, conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, publicada pelo Ministério da Educação em 2008.
- (A) Alunos com transtornos funcionais específicos: apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, com repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo.
 - (B) Alunos com deficiência: apresentam impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade.
 - (C) Alunos com altas habilidades/superdotação: apresentam potencial elevado na área intelectual, exclusivamente, com baixo interesse ou vocação para dimensões como liderança, psicomotricidade, artes e criatividade.
 - (D) Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: apresentam quadros – isolados ou combinados – de dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros.
 - (E) Alunos com distorção idade-série: apresentam atraso significativo no desempenho escolar, em decorrência de dificuldades de aprendizagem e/ou déficit intelectual proveniente ou não de situação de vulnerabilidade social.
- 07.** Logo após receber laudos médicos atestando a surdez de seu filho de 1 ano de idade, uma família passou a informar-se sobre os direitos que a criança teria em sua escola.
- Com base no Capítulo V-A da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a família concluiu, corretamente, que a previsão legal de oferta de educação bilíngue a estudantes surdos
- (A) tem início no Ensino Fundamental I e se estende às etapas subsequentes da Educação Básica.
 - (B) é da competência das escolas especializadas no atendimento às pessoas surdas.
 - (C) tem início ao zero ano, na Educação Infantil, e se estende ao longo da vida.
 - (D) está sujeita à disposição de recursos da unidade escolar.
 - (E) está sujeita à opção, pela família, quanto à modalidade, no momento da matrícula.
- 08.** De acordo com o artigo 46 da Resolução CNE/CEB nº 4/2010 (que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica), a avaliação no ambiente educacional compreende três dimensões: avaliação da aprendizagem; avaliação institucional interna e externa; avaliação de redes de Educação Básica.
- Com relação à primeira dessas dimensões, considerando o que determinam os artigos subsequentes da referida resolução, o objetivo de promoção
- (A) não se aplica à Educação Infantil, mesmo em se tratando de acesso ao Ensino Fundamental.
 - (B) aplica-se a todas as etapas da Educação Básica, mas apenas aos anos que encerram ciclos.
 - (C) aplica-se apenas às instituições que não adotam o regime de progressão continuada.
 - (D) aplica-se a todas as etapas da Educação Básica, independentemente do ano dentro de cada ciclo.
 - (E) não se aplica a nenhuma etapa da Educação Básica, independentemente do regime de progressão adotado.
- 09.** O Parecer CNE/CEB nº 2/2007 refere-se à abrangência das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Entre seus argumentos relativos às referidas Diretrizes, o documento considera que
- (A) a legislação deixa margem para dúvida sobre a pertinência de incluir a Educação Infantil no âmbito de incidência das Diretrizes, uma vez que nessa etapa os conteúdos não são organizados em componentes curriculares.
 - (B) a vasta distribuição de material didático diversificado, de qualidade e adequado aos níveis de ensino, bem como a grande atenção oficial dada à formação apropriada de professores são evidências de efetiva implementação das Diretrizes.
 - (C) há falhas conceituais e históricas no embasamento político que estabelece a aplicação imediata e a necessidade indiscutível das Diretrizes, o que torna imperiosa a revisão de suas determinações.
 - (D) as Diretrizes, embora não sirvam de complemento a políticas públicas relativas à proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes, configuram-se como documento caucionador voltado à promoção da igualdade étnico-racial.
 - (E) existe um hiato entre as determinações das Diretrizes e sua execução concreta nos sistemas de ensino distribuídos no território nacional, mas a existência de problemas prático-concretos não justifica que haja negligência em seu cumprimento.

10. O artigo 207 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, de 1990, refere-se ao uso do prédio escolar municipal e de suas instalações.

A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) É permitido o uso, pela comunidade, do prédio escolar e de suas instalações durante os fins de semana, férias escolares e feriados, na forma da lei.
- (B) É vedado todo uso do prédio escolar e de suas instalações que não seja destinado às atividades curriculares previstas no Projeto Político-Pedagógico, na forma da lei.
- (C) É facultada à gestão escolar a autonomia de cessão do prédio escolar e suas instalações, tanto à comunidade quanto à iniciativa privada, na forma da lei.
- (D) É permitido o uso de prédios escolares e suas instalações para atividades de ensino privado, desde que tenham natureza comprovadamente pedagógica, na forma da lei.
- (E) É permitido o uso, pela comunidade, do prédio escolar e de suas instalações apenas durante a semana e nos períodos regulares de atividade letiva, na forma da lei.

11. De acordo com o artigo 15 do Decreto nº 54.453/2013 (que fixa as atribuições dos profissionais de educação que integram as equipes escolares das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de São Paulo), assinale a alternativa que indica corretamente o profissional responsável pela seguinte atribuição: *discutir com os alunos e com os pais ou responsáveis as propostas de trabalho da unidade educacional, formas de acompanhamento da vida escolar e procedimentos adotados no processo de avaliação das crianças, jovens e adultos.*

- (A) Assistente de Gestão de Políticas Públicas.
- (B) Coordenador Pedagógico.
- (C) Diretor.
- (D) Professor.
- (E) Agente Escolar.

12. O professor Samuel, ao assumir seu cargo em uma unidade da rede municipal de educação de São Paulo, soube que o diretor da escola estava afastado por motivos de saúde. Em sua chegada à instituição, Samuel foi recebido por Jussara, que, conforme previsto em suas atribuições legais, estava substituindo o diretor.

Em conformidade com o artigo 8º do Decreto nº 54.453/2013, que fixa as atribuições dos Profissionais de Educação que integram as equipes escolares das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, é correto afirmar que o cargo de Jussara que lhe atribui a substituição do diretor é

- (A) Supervisora Escolar.
- (B) Assistente de Diretor de Escola.
- (C) Auxiliar Técnica de Educação.
- (D) Professora Efetiva.
- (E) Coordenadora Pedagógica.

13. O Decreto nº 54.452/2013 instituiu o Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, também denominado Programa

- (A) Educação para Todos.
- (B) Currículo Paulistano.
- (C) Mais Educação São Paulo.
- (D) Município Educador.
- (E) Diário de Classe.

14. No início do ano letivo, a professora Bianca passou a integrar a Comissão de Mediação de Conflitos (CMC) do Centro de Educação Infantil em que trabalha, no município de São Paulo. Logo em sua primeira semana atuando na Comissão, ela recebeu a queixa de um colega professor sobre um conflito grave que ele vinha tendo com outro professor. Ao consultar o Decreto nº 56.560/2015 (que regulamenta a criação da CMC nas escolas da Rede Municipal de Ensino de São Paulo), especificamente o artigo 2º e seu parágrafo 2º, Bianca compreendeu que o conflito envolvendo os dois professores está

- (A) previsto na competência da CMC, que atua em conflitos envolvendo toda a comunidade escolar.
- (B) previsto na competência da CMC, que atua em conflitos envolvendo estudantes, professores e servidores.
- (C) excluído da competência da CMC, que apenas atua em conflitos envolvendo exclusivamente estudantes.
- (D) excluído da competência da CMC, por envolver exclusivamente profissionais da educação.
- (E) previsto na competência da CMC, por envolver exclusivamente profissionais da educação.

15. Luis, de 8 anos de idade, com origem paraguaia, chegou com seus pais à cidade de São Paulo há alguns meses. Estando fora de seu país de origem e em uma situação social com algumas vulnerabilidades, a família de Luis tem enfrentado dificuldades para regularizar a documentação exigida no Brasil.

No que se refere à matrícula escolar de Luis, considerando o que determina o artigo 19 do Decreto nº 57.533/2016 (que regulamenta a Política Municipal para a População Imigrante no município de São Paulo), é correto afirmar:

- (A) As dificuldades na matrícula Luis dependerão do tipo de documento faltante, já que a lei prevê flexibilização na documentação de identificação pessoal, mas não na comprovação das atividades e certificados escolares do país de origem.
- (B) A impossibilidade de comprovação documental não é obstáculo para Luis, pois a legislação prevê desburocratização dos procedimentos e adaptação dos sistemas para garantir a inscrição de imigrantes nos estabelecimentos de ensino municipais.
- (C) Entre os direitos de imigrante aplicáveis a Luis está o de omitir sua nacionalidade e a de seus pais no ato da matrícula a fim de evitar discriminação, o que desobriga a entrega de documentação referente a estudos prévios.
- (D) Sem a comprovação documental dos estudos prévios, Luis não é elegível à matrícula escolar, devendo aguardar a regularização de seus documentos para ingresso na rede municipal de ensino.
- (E) Como imigrante, Luis deve seguir as normativas aplicáveis à população local, estando submetido aos mesmos procedimentos burocráticos exigidos para a matrícula escolar de cidadãos brasileiros.

16. A estratégia denominada Busca Ativa Escolar, que está entre as orientações do Conselho Municipal de Educação (CME) de São Paulo para as unidades educacionais, conforme a Recomendação CME nº 07/2021, tem como objetivo central a

- (A) prevenção do abandono e da evasão escolar.
- (B) formação de competências ligadas ao senso crítico e investigativo.
- (C) localização de equipamentos parceiros nos arredores da unidade escolar.
- (D) participação ativa da unidade escolar na busca de crianças desaparecidas.
- (E) identificação de potenciais agressores e vítimas de *bullying* no ambiente escolar.

17. Laura, uma menina de 7 anos de idade, tem paralisia cerebral, condição que, em seu caso, oferece limitações em sua autonomia para a locomoção, a alimentação e a higiene. Sua família acompanha de perto o cumprimento dos direitos de Laura e os serviços oferecidos a ela na escola em que está matriculada, no município de São Paulo. Entre tais serviços, está o Projeto Rede, que

- (A) inclui pessoas com limitações motoras e cognitivas entre o público prioritário do Sistema Único de Saúde (SUS), em articulação com a matrícula na rede municipal de ensino.
- (B) prevê a inclusão digital de estudantes com deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento, por meio de tecnologia assistiva adequada.
- (C) oferece suporte técnico de apoio intensivo para que determinados estudantes possam participar das atividades escolares, integrados ao seu grupo/classe.
- (D) conecta, em uma rede intersetorial, o cadastro em serviços municipais voltados às pessoas com deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento.
- (E) garante transporte gratuito especializado a todos os serviços da rede municipal de atenção à pessoa com deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento.

18. A Instrução Normativa SME nº 20/2020 estabelece procedimentos para comunicar ao Conselho Tutelar, Vara da Infância e Juventude, os casos de suspeita ou confirmação de violência aos bebês, crianças e adolescentes matriculados na rede municipal de ensino de São Paulo. O documento apresenta, como parâmetro, uma relação de conceitos previstos entre as diversas formas de violência que podem ser praticadas contra os estudantes.

Os conceitos previstos no documento, nomeadamente, são:

- (A) violência física e violência psicológica, exclusivamente.
- (B) violência verbal, violência tecnológica e violência relacional, entre outros.
- (C) violência física, violência psicológica e violência sexual, exclusivamente.
- (D) violência física, violência psicológica e violência institucional, exclusivamente.
- (E) trabalho infantil, violência química e violência auto infligida, entre outros.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

19. A Política Paulistana de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, instituída pelo Decreto nº 57.379/2016, segue, entre outros, o princípio do currículo emancipatório, inclusivo, relevante e organizador da ação pedagógica na perspectiva da _____, assegurando que as práticas, habilidades, costumes, crenças e valores da vida cotidiana dos educandos e educandas sejam articulados ao _____.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas, conforme o artigo 1º do referido decreto.

- (A) disciplinaridade ... saber formal
- (B) assistencialidade ... saber relacional
- (C) integralidade ... saber acadêmico
- (D) individualidade ... conhecimento familiar
- (E) sociabilidade ... conhecimento popular

20. A Instrução Normativa SME nº 24/2023 ampliou a abrangência do Programa São Paulo Integral (SPI), que tem como objetivo principal a promoção de experiências pedagógicas visando à consecução da educação integral por meio da expansão do tempo de permanência dos estudantes na escola de forma qualificada. A referida ampliação, conforme o artigo 2º do documento, tem como prioridade as turmas

- (A) dos anos finais do Ensino Fundamental.
- (B) com maior distorção idade-série.
- (C) da Educação Infantil.
- (D) do 1º ano do Ciclo de Alfabetização.
- (E) do Ensino Médio.

21. O documento *Orientação normativa nº 01 – Avaliação na Educação Infantil: aprimorando os olhares*, da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME), oferece subsídios para apoiar o trabalho pedagógico no que se refere à avaliação na Educação Infantil. Um dos pressupostos que ampara o referido documento é:

- (A) a avaliação deve considerar criança em relação a si mesma, e não comparativamente com as outras crianças.
- (B) a avaliação deve dar-se em coerência com as funções compensatórias da Educação Infantil, sobretudo a fim de compensar privações culturais sofridas em determinados grupos sociais.
- (C) a ação avaliativa da criança deve evitar demonstrar uma opinião e uma apreciação de valor, bem como concepções subjacentes.
- (D) na Educação Infantil, a avaliação deve ser um processo descontínuo, dado o caráter essencialmente flexível e não sistemático dessa etapa de ensino.
- (E) a avaliação deve servir de critério para reter a criança no prosseguimento de sua vida escolar, se for o caso, a fim de garantir a conquista das habilidades a que tem direito.

22. Leia o excerto a seguir:

O(a) educador(a) da Infância deve ter um papel fundamental como _____, que intervém para oferecer, em cada circunstância, os recursos necessários à atividade infantil, de forma a desafiar, promover interações, despertar a curiosidade, mediar conflitos, garantir realizações, experimentos, tentativas, promover acesso à cultura, possibilitando que as crianças construam culturas infantis.

(São Paulo. *Orientação normativa nº 01 – Avaliação na Educação Infantil: aprimorando os olhares*, p. 15)

A expressão que preenche corretamente a lacuna é

- (A) “autoridade instrutiva”
- (B) “observador participativo”
- (C) “mediador corretivo”
- (D) “observador instrutivo”
- (E) “mediador diretivo”

23. Nos termos do *Currículo Integrador da Infância Paulistana*, da SME, um currículo integrador
- (A) supera a cisão entre CEI e EMEI quando promove a passagem das crianças por essas etapas como uma continuidade.
 - (B) reforça a ruptura entre Educação Infantil e Ensino Fundamental, defendendo que as crianças sejam tratadas de acordo com cada etapa de desenvolvimento.
 - (C) reforça a separação entre razão e fantasia, entendendo que o faz de conta (e não o pensamento lógico) é uma linguagem essencial da infância que deve ser estimulada.
 - (D) supera a cisão entre educar e cuidar quando acolhe bebês e crianças como seres incompletos, incapazes e dependentes de cuidados, sobretudo higienistas.
 - (E) supera a cisão entre tempo presente e tempo futuro quando considera a criança sempre de forma prospectiva, em seu eterno *vir a ser*.
24. Ao discutir *O uso da tecnologia e da linguagem midiática na Educação Infantil*, o documento homônimo da SME afirma que a aproximação com as multimídias no contexto da educação da infância
- (A) possibilita inclusão tecnológica, contanto que o acesso aos recursos midiáticos ocorra de forma técnica, com duração limitada e a partir dos 4 anos de idade.
 - (B) restringe o direito das crianças ao brincar, limitando suas habilidades e competências relacionadas à imaginação e à criação.
 - (C) estimula uma atitude infantil de imitação e reprodução, limitando a participação ativa da criança na construção do conhecimento e na produção de cultura.
 - (D) garante o direito das crianças ao acesso e uso dos diferentes recursos tecnológicos e midiáticos, ampliando suas possibilidades de expressão.
 - (E) reduz a diversidade de experiências interativas no cotidiano, devendo ser evitada no interior das relações entre as crianças e seus pares.
25. Para avaliar a qualidade da Educação Infantil de sua rede, a SME considera 9 dimensões de qualidade, as quais se desdobram em indicadores. O processo para que cada indicador possa ser avaliado envolve autoavaliação institucional e deve respeitar dois princípios, segundo o documento *Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana*. Esses dois princípios são: o princípio
- (A) da autonomia docente e o princípio da livre expressão infantil.
 - (B) da autodeclaração e o princípio da confidencialidade.
 - (C) da flexibilização curricular e o princípio da territorialidade.
 - (D) da autonomia da escola e o princípio da gestão centralizada.
 - (E) dos direitos fundamentais das crianças e o princípio da participação.
26. Um professor de Educação Infantil preocupou-se ao observar que recentemente as crianças da sua turma incorporaram gestos de luta em seu repertório de brincadeiras. Por participar do grupo responsável, em sua escola, pela organização da autoavaliação prevista no documento *Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana*, ele fez uma leitura minuciosa de todo o material. Na leitura sobre a dimensão de qualidade relacionada à *Multiplicidade de experiências e linguagens em contextos lúdicos para as infâncias*, esse professor deparou-se com a compreensão de que as brincadeiras de luta
- (A) não constituem o repertório lúdico espontâneo de crianças quando brincam, representando acesso a cenas ou comportamentos que estimulam a agressividade.
 - (B) distinguem-se de esportes, malabarismos, mímicas e outros, por não promover a potência do corpo infantil para se expressar, criar, investigar e aprender.
 - (C) são práticas que fazem parte do cotidiano das crianças, em tempos/espços de convívio coletivo e de reconhecimento de si e do outro.
 - (D) impedem a criação de laços de interação com o mundo, sendo uma forma distorcida de experimentar a representação da realidade.
 - (E) favorecem a expressão de rituais presentes no imaginário coletivo de um povo, resgatando uma violência ancestral que refreia a livre expressão corporal infantil.
27. Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), o *Currículo da Cidade: Educação Infantil*, da SME, afirma que a Educação Infantil exerce uma tripla função na sociedade brasileira. Uma dessas funções é a de promover a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivências das infâncias. Essa função é denominada
- (A) equitativa.
 - (B) cultural.
 - (C) pedagógica.
 - (D) política.
 - (E) social.
28. Conforme o *Currículo da Cidade: Educação Infantil*, da SME, é correto afirmar que assumir a gestão democrática do processo pedagógico implica compor uma *gramática pedagógica do currículo*
- (A) cujas concretização e evolução são garantidas pelas práticas.
 - (B) que se afaste de qualquer ideologia educacional.
 - (C) com uma didática estável que não se modifique ao longo do processo.
 - (D) que reduz o lugar dos professores no planejamento e na proposta curricular.
 - (E) que se encerra no campo dos preceitos filosóficos e teóricos.

29. Leia o excerto a seguir:

“Quando eu era criança não gostava de ser índio. Sentia vergonha de sê-lo quando alguém dizia que o índio era preguiçoso, selvagem, sujo, covarde, canibal. Mesmo sem entender a metade dessas palavras, meu espírito ficava chocado com a violência que representavam. Somado a tudo isso vinha o fato de que o índio era pouco desejado pelo sistema político que sempre dizia: “Índio bom é índio morto”. Por causa disso tudo é que decidi, aos nove anos de idade, que quando crescesse não seria índio e sim um ser humano civilizado, capaz de contribuir com o país. O que eu não sabia é que ser índio era algo que estava inscrito dentro de mim e que não bastava dizer palavras mágicas para que o milagre acontecesse. A duras penas descobri que eu teria que fazer uma viagem para dentro de mim para encontrar-me. No final, eu teria que vencer os adjetivos lançados sobre minha condição étnica, superar os maus-tratos ganhos pelo caminho e reordenar meu estranhamento para dar passagem a uma nova compreensão do mundo e da vida.”

(São Paulo. *Currículo da Cidade: Povos Indígenas*, p. 10)

Parte significativa da *viagem para dentro de si* de que fala o autor do excerto relacionava-se ao reconhecimento de suas origens. Nesse caminho, em consonância com as orientações curriculares vigentes para a educação municipal, ele argumenta que as palavras que nos nomeiam têm poder, defendendo que a denominação *índio*

- (A) deve ser afirmada, valorizada e alvo de orgulho, por registrar a unidade de um povo.
- (B) invisibiliza e homogeneiza povos diversos, apagando suas especificidades.
- (C) faz sentido apenas entre os povos nativos, cuja nomenclatura foi subtraída pelos colonizadores.
- (D) equivale ao pertencimento a um povo específico, admitindo a diversidade entre os povos.
- (E) é erroneamente considerada herança da colonização, sendo na verdade indício de autodepreciação dos próprios nativos.

30. A partir da leitura do documento *Currículo da Cidade: Povos Indígenas*, da SME, é correto afirmar que ele tem como objetivo

- (A) dialogar com as escolas municipais sediadas nas regiões com maior incidência de comunidades indígenas.
- (B) instrumentalizar as equipes das unidades educacionais para uma adequada divulgação das culturas indígenas nas datas comemorativas.
- (C) apresentar diretrizes objetivas sobre como a temática indígena deve ser inserida como conteúdo no currículo.
- (D) compartilhar práticas pedagógicas exitosas de abordagem transversal das questões indígenas na rede municipal de educação.
- (E) oferecer um novo olhar sobre povos indígenas, seguindo o ritmo da oralidade e contando histórias da tradição.

31. Permitir que a própria criança se sirva durante as refeições oferecidas na escola, de acordo com a *Orientação Normativa de educação alimentar e nutricional para Educação Infantil*, da SME, é uma prática

- (A) a ser evitada, pois não oportuniza incentivo para que a criança experimente alimentos variados.
- (B) que potencialmente reflete um modelo alimentar comercial e estimula o consumo irrefletido.
- (C) a ser implementada aos poucos e que deve considerar as competências individuais de bebês e crianças.
- (D) que deve ser preterida pela oferta do prato pronto, para minimizar desperdícios.
- (E) mandatória, devendo ser adotada em todas as escolas da rede até o final de 2025.

32. A equipe pedagógica de uma EMEI, a fim de se alinhar de forma mais orgânica ao que estabelece o documento *Educação Integral: Política São Paulo Educadora*, da SME, organizou um ciclo interno de estudos. O grupo encarregado de analisar os requisitos para a escola se encaixar na concepção de educação integral concluiu corretamente que

- (A) o currículo deve se flexibilizar, reduzindo o espaço ocupado pelos conhecimentos e saberes escolares considerados básicos.
- (B) o período regular da jornada escolar deve ser ampliado de cinco para oito horas diárias.
- (C) a educação integral é uma modalidade de ensino na Educação Básica que concorre com a educação a distância.
- (D) a educação integral se sustenta nos princípios da equidade, da inclusão, da contemporaneidade e da sustentabilidade.
- (E) a jornada deve ser preenchida a fim de distinguir períodos de escolarização formal e outros de lazer e compromissos não curriculares.

33. O documento *Educação Integral: Política São Paulo Educadora*, da SME, ao apresentar antecedentes da atual política municipal de educação integral, menciona um programa que teve início em 1991 e que se constitui no desenvolvimento de atividades culturais e esportivas durante o período de recesso escolar nas unidades educacionais municipais, otimizando o espaço escolar e o caráter abrangente da educação. O nome desse programa é

- (A) Jornada Cultural de Jogos e Brincadeiras.
- (B) Integração Cidade-Escola.
- (C) Recreio nas Férias.
- (D) Férias Educadoras.
- (E) Centros Educacionais Unificados.

34. Ao constatar situação de violência contra uma criança da escola, os profissionais da unidade educacional devem, conforme suas atribuições elencadas no documento *Conhecer para proteger: enfrentando a violência contra bebês, crianças e adolescentes*, da SME,
- informar o bebê, a criança e/ou o adolescente sobre os procedimentos formais pelos quais irá passar.
 - afastar o agressor da comunidade escolar, criminalizando-o conforme preconiza a lei.
 - buscar provas para atestar a acusação, registrando eventuais ferimentos em fotos e gravando depoimentos.
 - comunicar prioritariamente a família, independentemente de ameaças ou riscos de morte.
 - ouvir a vítima de forma impassível e neutra, a fim evitar que a tentativa de acolhimento soe como novo abuso psicológico.
35. Leia os excertos a seguir:
- Mini Grupo I – Percebemos que a maioria das nossas crianças veio do Berçário e, por isso, já conhecem os espaços do CEI e a rotina também. Apenas duas crianças estarão frequentando o CEI pela primeira vez. Diante disso, após lermos os relatórios de acompanhamento de aprendizagem do ano anterior, temos uma ótima referência sobre suas conquistas e aprendizagens. Mas, e a Carla e o Enzo? Precisamos conversar mais detalhadamente para conhecer melhor as duas famílias, perguntando um pouco mais sobre essas crianças.
- Infantil I e II – A partir das observações, questionamentos e interesses das crianças, vamos iniciar um projeto que ofereça possibilidade de aprendizagens por meio dessas múltiplas linguagens. Também pretendo ocupar os territórios com as crianças: caminhar pelo bairro, visitar espaços culturais, bibliotecas, feiras livres, praças, parques, com intenção de ampliar o repertório e interagir com os espaços e a comunidade.
- (São Paulo. *Orientação Normativa de Registros na Educação Infantil*, p. 36)
- Conforme o documento *Orientação Normativa de Registros na Educação Infantil*, da SME, os excertos exemplificam uma modalidade de registro voltada ao planejamento pedagógico. Trata-se, nos termos do documento, de trechos de
- cadernos de passagem.
 - prontuários de turma.
 - diários de bordo.
 - projetos pedagógicos.
 - cartas de intenções.
36. O instrumento de avaliação do desempenho/desenvolvimento das crianças na Educação Infantil Paulistana, de acordo com o que afirma a *Orientação Normativa de Registros na Educação Infantil*, da SME, é
- o boletim individual.
 - o caderno de sala.
 - a avaliação bimestral.
 - a ficha de avaliação.
 - o relatório descritivo.
37. Na discussão sobre *Vulnerabilidade e Educação* proposta em documento do Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem (NAAPA), da SME, uma das bases afirmadas para a reflexão acerca das vulnerabilidades inscritas nos sujeitos que se relacionam no espaço educacional é a de que
- a autorregulação é uma habilidade humana natural que não precisa ser aprendida, mas deve ser valorizada.
 - a vulnerabilidade é uma condição intrínseca ao sujeito, estando associada à sua capacidade subjetiva de resiliência.
 - as instâncias de participação democrática como grêmio estudantil e assembleias aumentam as situações de conflito.
 - todas as funções psicológicas superiores são formas internalizadas de relações sociais.
 - oferecer ao estudante possibilidades de reparar um dano causado a um colega é tão eficiente quanto punir.
38. Diante de um estudante que parece imune ao contato e com possíveis comprometimentos no desenvolvimento, muitas vezes os professores se interrogam sobre as possibilidades de ensinar quem não demonstra interesse pelos conteúdos escolares. Para lidar com essa situação, especificamente pensando no caso de estudantes com TEA, as *Orientações para Atendimento de Estudantes: Transtorno do Espectro do Autismo*, da SME, afirmam que uma condição fundamental para que o professor possa apostar no processo de escolarização, a partir da perspectiva inclusiva, é estar pautado no princípio da
- repetição.
 - educabilidade.
 - igualdade.
 - regeneração.
 - reciprocidade.

39. O documento *Currículo da Cidade: Povos Migrantes: Orientações Pedagógicas*, da SME, afirma que todas as pessoas envolvidas nos processos educativos devem estar atentas às especificidades da população migrante para realizar um atendimento comprometido com uma educação inclusiva e que promova a convivência respeitosa entre todas e todos, desde os primeiros contatos. Considerando as especificidades da população migrante matriculada na rede municipal de ensino de São Paulo, os dados de 2013 e de 2019 indicam que a nacionalidade mais numerosa de migrantes
- (A) deixou de ser a portuguesa e passou a ser a boliviana.
 - (B) deixou de ser a haitiana e passou a ser a boliviana.
 - (C) deixou de ser a japonesa e passou a ser a venezuelana.
 - (D) deixou de ser a boliviana e passou a ser a venezuelana.
 - (E) deixou de ser a japonesa e passou a ser a haitiana.
40. Em uma reunião pedagógica, a equipe de um CEI discutia a temática do racismo na Educação Infantil, proposta pelo coordenador pedagógico Joel, que se identifica como homem negro. A professora Marina argumentou que, por identificar-se como mulher branca, entendia que seu papel era manter-se na escuta, evitando manifestar-se sobre uma experiência que não a afetava, como o preconceito racial: “Eu não tenho lugar de fala, sabe? Penso que respeitoso é ouvir, você me entende?”. Em plena consonância com a perspectiva adotada no documento *Currículo da Cidade: Educação Antirracista: Orientações Pedagógicas*, da SME, Joel
- (A) discordou da afirmação de Marina e afirmou que o conceito de lugar de fala implica reconhecer que falamos por todas as pessoas, reconstruindo a universalidade desfeita pelo pensamento branco europeu.
 - (B) relativizou a afirmação de Marina e afirmou que, apesar de o conceito de lugar de fala não impedir as manifestações de uma mulher branca a respeito do racismo, de fato na Educação Infantil o papel docente circunscreve-se à escuta.
 - (C) discordou da afirmação de Marina e afirmou que o conceito de lugar de fala convida à reflexão sobre os impactos sociais produzidos pelo racismo na vida da população negra, explicitando que o lugar a partir do qual falamos singulariza o nosso discurso.
 - (D) concordou com a afirmação de Marina e afirmou que o conceito de lugar de fala refere-se à existência de hierarquias relacionadas a gênero, raça e classe, contribuindo para a consciência de que falamos a partir de lugares distintos.
 - (E) concordou com a afirmação de Marina e ponderou que o conceito de lugar de fala realmente restringe a participação em reflexões e ações sobre o racismo àqueles que dele são alvo direto.
41. Em seu livro *A vez e a voz das crianças*, Adriana Friedmann discute questões diversas relacionadas à infância na contemporaneidade, abordando os múltiplos desafios implicados na atuação com essa fase da vida. Para tanto, ela parte da definição de alguns conceitos que embasam sua argumentação. Assinale a alternativa que corresponde a uma definição assumida pela autora.
- (A) A ideia de *protagonismo* infantil retira o papel de destaque dos adultos na vida das crianças, seja como pais, cuidadores ou educadores.
 - (B) O conceito de *infância* está sempre em construção e varia conforme cada realidade e grupo infantil, não sendo possível delimitar um único período etário que o define.
 - (C) As *crianças* não constituem uma população ou um conjunto de populações com traços culturais e ritos próprios, pois estão inseridas na sociedade.
 - (D) A ideia de *natureza* refere-se aos aspectos biológicos e a de *cultura* ao patrimônio herdado da tradição, configurando conceitos opostos.
 - (E) A noção de *diversidade* supõe foco nas dimensões individuais, exigindo que as referências plurais *infâncias* e *crianças* deem lugar às referências singulares *infância* e *criança*.
42. Loris Malaguzzi, Emmi Pikler e Jerome Bruner são três autores cujas teorizações incidem diretamente nos estudos sobre a educação de bebês e crianças pequenas. Um ponto comum entre os três, conforme Paulo Fochi (autor do livro *Afinal, o que os bebês fazem no berçário? Comunicação, autonomia e saber-fazer de bebês em um contexto de vida coletiva*), é a
- (A) recusa de qualquer compreensão biológica do desenvolvimento infantil.
 - (B) recusa de uma pedagogia centrada na *imagem da criança*.
 - (C) crença na criança criativa e capaz, a ser estudada a partir de modelos abstratos.
 - (D) defesa da experiência concreta como mote para o aprofundamento teórico.
 - (E) defesa da intervenção direta do adulto como necessária ao desenvolvimento.

43. Na abordagem de Malaguzzi sobre a documentação pedagógica, a observação é um pilar essencial. Fochi, no livro *Afinal, o que os bebês fazem no berçário?*, afirma que a concepção malaguzziana de observação
- (A) parte da compreensão da criança universal, recusando a ideia de que o que se observa são fragmentos parciais.
 - (B) está amparada nos cânones da psicologia do desenvolvimento, reiterando seus pressupostos.
 - (C) consiste em avaliar o desenvolvimento infantil coletivo a partir de categorias predefinidas, registrando resultados.
 - (D) objetiva monitorar se a criança já atende, ou não, aos marcos de desenvolvimento previstos para a faixa etária.
 - (E) busca enxergar e entender o que está acontecendo no trabalho pedagógico e o que a criança é capaz de fazer.
44. Uma educadora que recentemente passou a atuar com bebês de 3 a 6 meses em um CEI viu-se em dúvida sobre quais objetos deveria utilizar para interagir e estimular bebês tão pequenos. Ao estudar o livro *As origens do brincar livre*, de Éva Kálló e Györgyi Balog, ela teve contato com a recomendação de que o primeiro brinquedo a ser oferecido para um bebê nessa faixa etária seja
- (A) um chocalho.
 - (B) um móbile.
 - (C) um pano de algodão.
 - (D) um ursinho de pelúcia.
 - (E) um mordedor macio.
45. Diana Tubenchalk, em *Arte com bebês*, afirma que os bebês são ávidos pesquisadores de materiais; por sua vez, são os educadores quem se encarregam das escolhas desses materiais. Com base no referido livro, a autora propõe cinco características que considera importantes com relação aos materiais, a fim de auxiliar na seleção e nas propostas artísticas com bebês. São elas
- (A) material de amplo acesso em escolas; material tipicamente infantil; material novo; atóxico; dispor um material por vez.
 - (B) material estruturado; material tipicamente infantil; reutilização; atóxico; despertar da pesquisa e da curiosidade.
 - (C) material de amplo acesso em escolas; reutilização; relação com a natureza; atóxico; dispor um material por vez.
 - (D) material estruturado; material novo; material tipicamente infantil; atóxico; dispor um material por vez.
 - (E) deslocamento do uso tradicional; reutilização; relação com a natureza; atóxico; despertar da pesquisa e da curiosidade.
46. Myriam David e Geneviève Appell, no livro *Maternagem insólita*, afirmam que os cuidados dedicados às crianças devem garantir bem-estar e conforto, favorecendo todas as possibilidades de autonomia. À luz do referido livro, em relação aos cuidados com banho, alimentação e vestimenta, assinale a alternativa correta.
- (A) Os cuidados devem ser interrompidos por conversas não planejadas, para que o adulto responsável possa criar vínculos afetivos.
 - (B) O ideal é que a cuidadora determine o tempo do cuidado, a fim de que o ritmo da criança não se torne a regra geral.
 - (C) A criança, sendo um sujeito que sente, observa e registra, no momento do banho deve ser tratada como um objeto, um alvo de cuidado.
 - (D) A cuidadora deve parecer dar à criança todo o tempo de que ela necessita, sem passar a impressão de estar apressada.
 - (E) O desenrolar de diferentes etapas dos cuidados não é constante, mas entremeado de pausas planejadas.
47. Leia o excerto a seguir, extraído de *Maternagem insólita*, de Myriam David e Geneviève Appell, e assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.
- Essencialmente, o bebê utiliza processos de clivagem e identificações projetivas (W.R. Bion) dos quais conhecemos a intensidade e que dizem respeito a um material pré ou proto-psíquico, por vezes muito violento. O mecanismo de _____, descritos de maneira tão útil por W.R. Bion sobre os sujeitos psicóticos, também é válido para crianças muito pequenas, cujos níveis originários ou arcaicos do funcionamento psíquico ainda não foram suficientemente contidos e transformados.
- (A) “ataques aos vínculos”
 - (B) “desapegos precoces”
 - (C) “nivelamentos dos afetos”
 - (D) “sentimentos de rejeição”
 - (E) “ideais projetados”

48. Em *Infância e suas linguagens*, Marcia Gobbi e Mônica Pinazza defendem que, no plano da educação de crianças pequenas, a linguagem, em suas múltiplas expressões, vincula-se a argumentações há muito tempo construídas no campo pedagógico e que se destacam pelo desacordo com duas fortes tendências da educação, isto é,
- (A) uma que se ancora na experiência da criança; outra que se pauta pela mera transmissão de conteúdos e de bens culturais.
 - (B) uma que se ancora na experiência da criança; outra que se sustenta na defesa de uma educação integral.
 - (C) uma que se pauta pela mera transmissão de conteúdos e de bens culturais; outra que se apoia na valorização exacerbada de certas formas de exprimir o pensamento em detrimento de outras.
 - (D) uma que se baseia na arte e na ciência como linguagens infantis; outra que se sustenta na defesa de uma educação integral.
 - (E) uma que se baseia na arte e na ciência como linguagens infantis; outra que se apoia na valorização exacerbada de certas formas de exprimir o pensamento em detrimento de outras.
49. No livro *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*, Guacira Lopes Louro aborda a produção das diferenças e das desigualdades de gênero, sobretudo no contexto escolar. Conforme a autora, dentre os múltiplos espaços e as muitas instâncias onde se pode observar a instituição das distinções e das desigualdades, o campo seguramente mais eficaz e persistente é
- (A) a religião.
 - (B) o esporte.
 - (C) a linguagem.
 - (D) a mídia.
 - (E) a relação professor-aluno.
50. De acordo com Guacira L. Louro (autora de *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*), se a sexualidade está na escola, é porque
- (A) as mídias, cada vez mais presentes na escola, hipersexualizam a infância.
 - (B) ela faz parte dos sujeitos e não é algo que pode ser desligado.
 - (C) a educação sexual introduz essa presença, intencionalmente.
 - (D) as famílias silenciam o assunto, que extravasa para outros espaços.
 - (E) as crianças contemporâneas, fisiologicamente, amadurecem mais cedo.
51. Em pesquisa apresentada no livro *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*, Eliane Cavalleiro investigou o preconceito racial na rede pública de ensino, especificamente na Educação Infantil. Em seu livro, a autora afirma que a possibilidade de as crianças receberem uma educação de fato igualitária, desde os primeiros anos escolares, representa um dever dos profissionais da escola, pois
- (A) as crianças dessa faixa etária ainda são desprovidas de autonomia para aceitar ou negar o aprendizado proporcionado pelo professor.
 - (B) as crianças em idade pré-escolar ainda não interiorizaram ideias preconceituosas que incluem a cor da pele como elemento definidor de qualidades pessoais.
 - (C) a neutralização das diferenças étnicas deve ser proporcionada desde a pré-escola, quando as crianças estão mais propensas à interiorização desse comportamento.
 - (D) a denominada socialização primária é uma tarefa escolar que não deve ser atribuída à família, uma vez que visa à construção pública da cidadania.
 - (E) estes, no Brasil, já estão devidamente habilitados para perceber e abordar problemas que podem aparecer nas relações entre crianças de diferentes grupos étnicos.
52. Fala-se muito em estímulos quando se trata da educação de bebês e crianças pequenas. No livro *O cuidado com bebês e crianças pequenas na creche*, Janet Gonzalez-Mena e Dianne Widmeyer Eyer defendem a estimulação como algo que
- (A) não deve depender da influência do bebê sobre os objetos.
 - (B) é sinônimo de educação.
 - (C) necessariamente situa o bebê como objeto.
 - (D) acontece em decorrência da relação com os bebês.
 - (E) se faz para os bebês.
53. Os pais de Lucas, de 2 anos de idade, estavam bastante preocupados com a seguinte situação: o menino passou a morder seus colegas na escola com alguma frequência. A partir de uma conversa com o professor responsável pela turma do filho, eles tiveram acesso ao livro *O cuidado com bebês e crianças pequenas na creche*, de Janet Gonzalez-Mena e Dianne Widmeyer Eyer, em que as autoras argumentam que o comportamento infantil de morder
- (A) indica frustração e não demonstração de poder.
 - (B) demonstra raiva, apesar de não causar ferimentos graves.
 - (C) é um ato de amor e, por isso, pode ser permitido.
 - (D) é ineficaz para afastar crianças maiores.
 - (E) deve ser redirecionado para objetos de morder.

54. Em uma escola, uma criança de 18 meses passeia segurando uma colher, o que não agrada a educadora. Mas assim que a criança brinca com a colher sobre a mesa e olha o talher com prazer, a educadora diz: “É uma colher muito legal, né?”. Ou seja, a educadora espera o momento em que a criança inicia uma atividade percebida como adequada para manifestar sua atenção. Essa cena é descrita no livro *Educar os três primeiros anos: a experiência Pikler-Lóczy*, organizado por Judit Falk. De acordo com o referido livro, a atitude da professora constitui uma
- (A) espera direta pela ação correta.
 - (B) espera indireta decorrente da ação incorreta.
 - (C) aprovação indireta da ação correta.
 - (D) reprovação indireta e uma aprovação direta.
 - (E) reprovação direta da ação incorreta.
55. Durante o primeiro ano de vida, a maneira progressiva como a criança vai encontrando posturas corporais permite que ela volte, de forma segura e com um movimento controlado, à postura anterior. De acordo com o livro *Educar os três primeiros anos: a experiência Pikler-Lóczy*, organizado por Judit Falk, essa motricidade está relacionada com
- (A) uma atividade realmente autônoma da criança.
 - (B) uma ação mecânica e não intelectual.
 - (C) uma autonomia provisória dissociada da competência da criança.
 - (D) a imitação involuntária dos movimentos dos adultos.
 - (E) um ato-reflexo descontínuo.
56. No texto *Os bebês como sujeitos no cuidado e na educação na escola infantil*, Suely A. Mello afirma que o desenvolvimento da inteligência e da personalidade de bebês e crianças sempre acontece e é favorecido
- (A) quando há intervenção adulta direta e personalizada.
 - (B) enquanto eles observam a educadora ou o educador.
 - (C) enquanto eles observam as outras crianças.
 - (D) ao ouvirem explicações sobre as coisas que observam.
 - (E) por meio de sua própria atividade.
57. Suely A. Mello, no artigo intitulado *Os bebês como sujeitos no cuidado e na educação na escola infantil*, argumenta que educamos os bebês no próprio ato de cuidar deles. Com relação às ações de cuidado que ocorrem no cotidiano da Educação Infantil, a autora defende que
- (A) a adoção de uma coreografia de gestos planejados no cuidado do bebê prejudica a comunicação recíproca.
 - (B) uma pessoa de referência, se possível, deve realizar as ações de cuidado com o bebê todos os dias.
 - (C) quando não há comunicação emocional nas ações de cuidado, o bebê passa a prescindir do adulto em suas atividades de exploração.
 - (D) a constância e a repetição limitam significativamente as habilidades de resiliência e imprevisto do bebê.
 - (E) em tais momentos deve-se recorrer a estímulos que distraiam a atenção do bebê, evitando gerar-lhe angústia e insegurança.
58. Ao discutir o que denomina relação dialógica profissional com as crianças, no livro *Complexidade e relações na Educação Infantil*, Alfredo Hoyuelos pondera: “Conscientemente e inconscientemente, nossa formação é, também, nossa deformação”. Assinale a alternativa que contém outra afirmação do autor que explica essa ideia, em coerência com a argumentação tecida no referido livro.
- (A) Quando somos formados para considerarmos as crianças como sábias e competentes, nossa forma de relação normalmente está cheia de urgências, instruções, programas, ensinamentos, antecipações e controles.
 - (B) Na atuação com as crianças, quando valorizamos a sensibilidade, a escuta e o respeito à infância, a formação acadêmica torna-se não apenas prescindível, mas verdadeiramente um obstáculo.
 - (C) É importante tomar consciência de nossos tesouros formativos, que também são nossas jaulas, para saber que há outras possibilidades de relação.
 - (D) Ter boas referências culturais, para além da formação profissional, buscando o ecletismo e demonstrando-o retoricamente, é suficiente para garantir a escuta necessária à educação da infância.
 - (E) Quando somos formados para ver as crianças como vasos a preencher, nossa presença atenta se converte em acompanhamento, espera, observação, investigação, oferta de bons cenários estéticos.

59. Partindo da constatação de que as aprendizagens cotidianas não constituem uma modalidade de formação muito estimada, Gilles Brougère e Anne-Lise Ulmann apresentam algumas das premissas do livro *Aprender pela vida cotidiana*. Uma delas é:

- (A) As aprendizagens da vida cotidiana, por serem espontâneas e fáceis de atingir, acabam por nos liberar de deslocamentos e transformações mais significativas.
- (B) Diferentemente das formais, as aprendizagens informais não se efetuam em espaços instituídos para aprender, mas apenas no curso de práticas sociais ordinárias.
- (C) Reconhecer os saberes do cotidiano reforça a hierarquização do conhecimento que estrutura nossa relação com a aprendizagem formal.
- (D) O saber não existe em si, mas está inextricavelmente ligado à atividade dos sujeitos em contextos diversos, comuns e incomuns, sempre particulares e situados.
- (E) O ato de aprender é voluntário e se efetua num contexto específico, demandando uma atividade constante dos sujeitos envolvidos.

60. Observamos as interações entre crianças no pátio de recreio, conforme Julie Delalande (no livro *Aprender pela vida cotidiana*), é possível conceber uma aprendizagem social entre as crianças, que se socializam, aprendem a regular suas relações e submetem-se a normas sociais. Trata-se, segundo Delalande e seus autores de referência, de uma socialização

- (A) horizontal.
- (B) metódica.
- (C) intencional.
- (D) marginal.
- (E) livre.

